FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROGRAMA DE TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I (TAN)
2025/2026

Regência: Prof. Doutor José Ferreira Gomes

Colaboradores: Prof. Doutor Luís Vasconcelos de Abreu,
Dr. Miguel Brito Bastos, e Dra. Ana Alves Leal

MATÉRIA	AULA**
I - INTRODUÇÃO	
§ 1.º O direito civil como direito privado comum	1
§ 2.º Institutos civis gerais	
1. A personalidade e sua tutela	1
2. A autonomia privada	
3. A boa-fé	2
4. A imputação de danos	
5. A propriedade privada	
6. A igualdade?	
II - FACTO JURÍDICO	
§ 3.º Eficácia jurídica	2
1. Eficácia, situação e modelo de decisão	
2. Eficácia constitutiva, transmissiva, modificativa e extintiva	
3. Outras classificações (pessoal v. patrimonial; obrigacional v. real)	
§ 4.º Factos e atos jurídicos	2
4. Facto jurídico <i>lato sensu</i> e facto jurídico <i>stricto sensu</i>	
5. Atos jurídicos	3
6. Negócio jurídico	
§ 5.º Classificação dos negócios jurídicos*	3
1. Negócios unilaterais e plurilaterais	
2. Negócios formais e consensuais	
3. Negócios onerosos e gratuitos	
4. Negócios obrigacionais, reais <i>quoad effectum</i> e <i>quoad constitutionem</i>	
5. Negócios típicos e atípicos	
6. Negócios causais e abstratos	

III - A FORMAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	
<p>§ 6.º Declaração negocial</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Noção de declaração negocial 2. Vontade real <i>vs.</i> vontade declarada 3. Declaração expressa e tácita. O valor do silêncio 4. Declaração recipianda e não recipianda 5. Declaração entre presentes e entre ausentes 6. A eficácia da declaração 	4
<p>§ 7.º Forma da declaração negocial</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Forma e formalidades (incluindo distinção entre documentos autênticos, autenticados e particulares; e forma eletrónica) 2. Princípio de liberdade de forma 3. Forma <i>ad substantiam</i> e <i>ad probationem</i> 4. Forma legal, forma voluntária e forma convencional 5. As inalegabilidades formais 	5
<p>§ 8.º O consenso</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Enquadramento 2. Proposta contratual e convite a contratar 3. Proposta a pessoa desconhecida 4. Oferta pública 5. Vinculação à proposta contratual 6. Aceitação, rejeição e contraproposta 7. A aceitação tardia 	6
<p>§ 9.º A culpa in contrahendo</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Enquadramento 2. Constelações de casos 3. O papel da c.i.c. 4. Responsabilidade civil 	7
IV - CONTEÚDO DO NEGÓCIO JURÍDICO	
<p>§ 10.º Requisitos do objeto do negócio</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Enquadramento 2. Possibilidade 3. Determinabilidade 4. Contrariedade à lei 5. Bons costumes e ordem pública 	8

<p>§ 11.º Cláusulas típicas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Termo e condição 2. Modo, sinal e cláusula penal 	9
<p>12.º Negócios usurários e defesa do consumidor</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Da lesão enorme à usura 2. Defesa do consumidor 	9
<p>§ 13.º Cláusulas contratuais gerais*</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Noção 2. Regime geral 3. Controlo interno 	10
<p>V - INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO</p>	
<p>§ 14.º Interpretação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O âmbito da interpretação 2. Autonomia privada <i>vs.</i> tutela da confiança 3. Regras da interpretação dos negócios jurídicos 4. Casos duvidosos, normas supletivas e lacunas negociais 	11
<p>§ 15.º Integração</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A vontade hipotética das partes 2. Integração segundo a boa-fé 	12
<p>VI - VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO</p>	
<p>§ 16.º Ausência da vontade</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de consciência da declaração 2. Incapacidade acidental 	13
<p>§ 17.º Ausência de liberdade</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Coação física e moral 	13
<p>§ 18.º Divergência intencional entre a vontade real e a vontade declarada</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Declarações não sérias 2. Reserva mental 3. Simulação 	14

<p>§ 19.º Divergência não intencional entre a vontade real e a vontade declarada</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Erro na declaração (erro-obstáculo) 2. Requisitos da relevância do erro: essencialidade e cognoscibilidade 3. Outros requisitos 4. Erro na transmissão da declaração 5. Erro de cálculo ou de escrita 	13
<p>§ 20.º Erro da vontade (erro-vício)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Erro relativo à pessoa ou ao objeto 2. Erro sobre os (outro) motivos 3. Erro na base do negócio e alteração das circunstâncias 4. Dolo 	14
<p>VII - DESVALORES DO NEGÓCIO JURÍDICO</p>	
<p>§ 21.º Invalidade e ineficácia (<i>stricto sensu</i>)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nulidade <i>vs.</i> anulabilidade 2. Ineficácia (<i>stricto sensu</i>) 	15
<p>§ 22.º Aproveitamento dos atos jurídicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Redução e conversão do negócio jurídico 2. Confirmação 	16
<p>VIII - SITUAÇÕES JURÍDICAS</p>	
<p>§ 23.º Noção e tipologia das situações jurídicas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Enquadramento: classificações 2. O direito subjetivo: noção e centralidade dogmática 3. Outras situações ativas* 4. Situações passivas* 	17 18

* As matérias assinaladas serão desenvolvidas sobretudo nas aulas práticas

** Esta ordenação é meramente indicativa, podendo sofrer alterações

NOTA IMPORTANTE PARA ALUNOS REPETENTES (DE ACORDO COM INDICAÇÕES DO CONSELHO PEDAGÓGICO):

Os Alunos que estejam a repetir a unidade curricular e que já tenham sido avaliados nos conteúdos programáticos lecionados, devem frequentar uma outra turma da unidade curricular em que estejam a ser lecionadas as matérias para as quais não obteve aprovação. Devem para o efeito contactar a Divisão Académica.

BIBLIOGRAFIA DE BASE SUGERIDA:

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de direito civil*, vol. I, 4.^a ed., 2012, e vol. II, 5.^a ed., 2021

PEDRO PAIS VASCONCELOS / PEDRO LEITÃO PAIS VASCONCELOS, *Teoria geral do direito civil*, 9.^a ed., 2019

CARLOS A. DA MOTA PINTO/A. PINTO MONTEIRO/PAULO MOTA PINTO, *Teoria geral do direito civil*, 4.^a ed., 2005